

Cartografia, turismo e propaganda: o mapa ROTEP do Entre Douro e Minho, 1959

Cartography, tourism and propaganda: the ROTEP map of Entre Douro e Minho, 1959

Luís Miguel Moreira

Departamento Geografia, Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho

Centro de Estudos Geográficos, I.G.O.T. - Universidade de Lisboa

Instituto de Historiografia Julio Caro Baroja - Universidade Carlos III, Madrid

lmmgeo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6548-132>

Resumo

Desde cedo, a prática de viajar vinculou-se ao uso de mapas e, se numa fase inicial, eram usados mapas gerais de ampla circulação comercial, à medida que o Turismo se generalizou, surgiu um novo tipo de mapa mais específico: os mapas turísticos. Mais do que a representação cartográfica/geográfica do espaço, estes mapas, pelas suas características iconográficas e pictóricas, constituem uma forma de construção e de promoção de identidades territoriais. Neste sentido, constituem objetos do discurso propagandístico veiculado pelas autoridades responsáveis, tal como se constata na análise ao mapa do Entre Douro e Minho editado pela Rotep.

Palavras-chave: *cartografia, propaganda, turismo, mapas turísticos, Rotep.*

Abstract

Traveling has been linked to the use of maps and, if at an early stage people used general maps since tourism became more popular, a new specific type of map emerged: tourist maps. More than the cartographic / geographical representation of space, these maps, due to their iconographic and pictorial characteristics, constitute a form of construction and promotion of territorial identities. In this sense, they are objects of the propagandistic discourse conveyed by the authorities as can be seen in the analysis of the map of Entre Douro e Minho edited by Rotep.

Keywords: *cartography, propaganda, tourism, touristic maps, Rotep.*

1. Os antecedentes do Turismo em Portugal, até meados do século XX

As origens do Turismo moderno em Portugal remontam ao início do século XX. No entanto, já anteriormente, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, numa época que poderíamos designar de “proto turística”, foram muitos os viajantes, muitos deles estrangeiros, que percorreram o País. Viviam-se já os capítulos finais da época do *Grand Tour*, quando as viagens ainda se empreendiam mais com um intuito instrutivo do que recreativo, próprio do *tourist*, e que fez recrudescer o género literário dos relatos de viagens e, em especial, os guias e itinerários de viagens (Branco, 2010).

É de notar, no entanto, que viajar era, para os portugueses, uma atividade que só se empreendia por necessidade, obrigação ou devoção: a realização

negócios ou o desenvolvimento de outras atividades económicas; uma migração; movimentações militares ou peregrinações e romagens. Raros eram aqueles que viajavam apenas com intuito instrutivo ou recreativo.

Neste sentido, havia uma fraca mobilidade interna, que se explicava pela insipiente rede de estradas, com itinerários de má qualidade, tal como as infraestruturas de apoio, nomeadamente, as estalagens. Esta é, pelo menos, a opinião geral registada nas descrições deixadas por viajantes estrangeiros, entre os séculos XV e XIX (Brandão, 2013; Chaves, 1987; Marques, 1997).

A partir da segunda metade do século XIX, na sequência das alterações da Revolução Industrial na sociedade europeia - no caso português, do surto industrial nos centros urbanos de Lisboa e do Porto, nomeadamente, a definição do tempo de descanso, por contraste com a semana de trabalho, os viajantes

e as viagens ampliam-se, sobretudo, aquelas realizadas por lazer (Martins, 2004).

Paralelamente, as grandes obras públicas de infraestruturação do sistema de transportes, particularmente, a construção das redes rodó e ferroviárias, concretizadas pela ação do governo de Fontes Pereira de Melo, e a própria evolução dos transportes, possibilitaram a todas deslocações cada vez mais rápidas, mais baratas e mais longínquas.

Numa primeira fase, o comboio foi o veículo eleito e o democratizador da mobilidade espacial, mas, rapidamente, o automóvel e a bicicleta conquistaram um importante grupo de adeptos que, entre outras vantagens, apreciavam a individualidade do transporte e a grande flexibilidade que proporcionavam.

Conhecer o País em primeira mão já não era um privilégio da aristocracia, tornara-se um designio nacional incentivado, quer pelo Estado, através do sistema de ensino, quer pelas elites intelectuais. Popularizou-se, deste modo, o gosto pelas viagens e excursões, tanto às cidades como ao campo, bem como a estância por períodos alargados em lugares balneares e termas, ainda que, muitas vezes, com fins terapêuticos ou medicinais.

Deste modo, a partir da década de 1890, o turismo passou a ser encarado como uma importante atividade económica, que deveria ser considerada e fomentada, especialmente se fosse dirigida ao público estrangeiro, tendo em conta o contexto de grave crise económica e financeira que atravessava o País (Brito, 2003, vol. I; Cunha, 2010; Matos & Santos, 2004).

Assim, neste contexto geral, multiplicam-se, um pouco por toda a Europa, Clubes e Sociedades promotoras de atividades “turísticas” e excursionistas que mobilizam milhares de participantes. São exemplos fundadores, o *Club Alpin Français*, fundado em 1874; o *English Cyclist Touring Club*, estabelecido em 1875, ou o *Centre Excursionista de Catalunya*, criado em 1876.

Partindo destes exemplos, embora um pouco mais tardiamente, também em Portugal foi criado, em 1906, um *Touring Club de Portugal*, designando-se por “Sociedade de Propaganda de Portugal” (SPP), cujo objetivo principal, como se depreende pelo nome, era o de promover os usos e costumes, assim como os monumentos e as paisagens portuguesas (Cerdeira, 2014). Para além deste trabalho de base, e tal como estava expresso no artigo 1º dos seus estatutos, a Sociedade deveria empenhar-se no “...

desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que elle seja visitado e amado por nacionaes e estrangeiros” (Martins & Fernandes, 2013, p. 2).

Com estes objetivos em mente, foram criadas delegações nas principais cidades portuguesas e, até, uma no estrangeiro (em Paris), que se esforçaram na divulgação turística do território, bem como, no desenvolvimento de ações de melhoria das infraestruturas hoteleiras e de transporte, condição necessária e essencial para atrair um maior número de visitantes. Para tal, a Sociedade publicou o seu Boletim, participou em congressos, editou guias de várias localidades portuguesas, publicou mapas e promoveu excursões.

Com o advento da República, o Turismo ganhou um novo protagonismo, passando a sua tutela para a esfera pública, nomeadamente com a criação da Repartição e do Conselho de Turismo, integrados no Ministério do Fomento, em 1911. Ficou mais facilitada, deste modo, a articulação de políticas públicas capazes de beneficiar o Turismo enquanto atividade económica, nomeadamente, o desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes, os investimentos hoteleiros, a proteção do Património histórico-cultural (monumentos), a criação de museus, etc. (Aurindo, 2006). Ainda neste período, salienta-se a publicação da *Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura*, editada entre 1916 e 1924, dirigida por Agostinho Lourenço, sendo uma publicação quinzenal dedicada à divulgação dos locais turísticos de Portugal (Mangorrinha, 2012).

Desde então, pese embora as sucessivas alterações de designação, outras reestruturações e a criação ou extinção de várias entidades, não mais o Turismo deixou de estar sob alçada governativa.

Com a instituição do Estado Novo, logo em 1933, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) que, a partir de 1940, ficou com a incumbência de tutelar a atividade turística e que em 1944 alteraria a sua designação para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SPI). Sob orientação do seu diretor, António Ferro, o Turismo tornou-se um veículo de propaganda política, tanto interna como externa.

O projeto ideológico do regime, assente na recuperação da “portugalidade” e na defesa da cultura popular (apresentada como reserva moral da Nação), será implementado pela ação do SPN/SNI. No que diz respeito à promoção turística, são sugeridos

das novas leituras idealizadas e estetizadas da paisagem portuguesa, exaltando-se a ruralidade bucólica e pitoresca (Pires, 2002). A paisagem e o território eram, assim, símbolos da identidade da Nação (Cadavez, 2015; Sampaio, 2012).

2. Mapas para o Turismo em Portugal

Para os excursionistas, turistas e viajantes em geral, tão importantes quanto os roteiros, itinerários ou os guias de viagem eram os mapas dos territórios que se percorriam. São relativamente abundantes os exemplos de utilização de mapas por parte de viajantes estrangeiros de visita a Portugal desde, pelo menos, o século XVIII.

Socorrendo-se de exemplares impressos no estrangeiro, frequentemente eram apontados erros grosseiros nos mapas que, muitas vezes, apenas apresentavam uma vaga coincidência com a realidade. Em todo o caso, nesta fase, tratavam-se de mapas generalistas que a cartografia comercial de então disponibilizava a todos (Dumouriez, 2007).

A partir de meados do século XIX, assiste-se a uma tendência geral crescente de incluir mapas e plantas turísticas nos guias de viagem, o que constituía um excelente complemento das descrições textuais e mesmo das imagens e fotografias, sendo cada vez mais apreciados pelos viajantes e turistas (Martins, 2011).

Em Portugal, no quadro da evolução da História da Cartografia, a segunda metade do século XIX ficou marcada pela concretização de dois importantes projetos cartográficos: a *Carta Corographica do Reino*, na escala 1:100.000, publicada em 37 folhas, iniciada sob a direção de Filipe Folque em 1856 e concluída em 1904; e a edição da *Carta Geographica de Portugal*, na escala 1:500.000, também coordenada por Filipe Folque, publicada em 1865 pelo Instituto Geographico.

Esta instituição, constituiu a base para a realização de inúmeros mapas que, pela primeira vez, permitiram caracterizar o conjunto do País de uma forma (carto)gráfica, nas mais variadas temáticas. Paralelamente, o seu uso repetido permitiu uniformizar e difundir a imagem oficial do território nacional peninsular, que se pretendia dar a conhecer à população residente, bem como aos visitantes estrangeiros.

Neste contexto, entre os finais do século XIX e o início do século XX, publicaram-se os primeiros mapas de Portugal destinados especificamente a viajantes e turistas, que podiam percorrer as diferentes regiões de bicicleta, de carro ou de comboio, utilizando as mais recentes estradas de macadame e uma rede ferroviária ainda em expansão. A par destas indicações, localizavam-se os principais lugares a visitar, com destaque para as praias e as estâncias termas, afinal os principais produtos “turísticos” do País (Martins, Marques, & Fernandes, 2015).

Entre todos, destaca-se a edição pela SPP, em 1907, do *Mappa excursionista de Portugal*, um exemplar impresso na escala 1: 500 000 onde, sobre um fundo composto pela rede hidrográfica e pela distribuição das serras, se figurava as redes rodó e ferroviárias e os principais núcleos de povoamento. Na legenda identificavam-se 17 “lugares que merecem ser visitados”, quer pela sua monumentalidade, quer pela sua beleza natural, e ainda 19 lugares de “aguas mineraes e praias principaes”, correspondendo a 13 estâncias termas e a 6 praias de veraneio (Martins & Fernandes, 2013).

Neste mesmo ano, a SPP ainda publicou um folheto turístico ilustrado, em várias línguas, assim como o *Manual do Viajante em Portugal*, um guia que apresentava itinerários de viagens pelo País, e que se destacava pela inclusão de plantas e mapas a cores (Castro, 2014).

A partir de 1924, salienta-se a publicação dos vários volumes do *Guia de Portugal*, inicialmente sob direção de Raúl Proença, também complementado com mapas e plantas referentes às diferentes regiões e cidades portuguesas, bem como de vários outros guias e roteiros turísticos (Almeida & Borges, 2014).

Já integrados na ação desenvolvida pelo SPN e pelo Ministério da Educação Nacional, surgiu uma interessante coleção, composta por mais de duas centenas e meia de mapas turísticos de âmbito regional, distrital e concelhio, editados entre 1938 e 1972, denominados de *ROTEP - Roteiro Turístico e Económico de Portugal*.

Neste ensaio, analisaremos o mapa referente ao Entre Douro e Minho, na tentativa de desconstruirmos a imagem turística promovida pelo regime e pelas autoridades competentes, sobretudo para consumo interno.

3. O mapa *Entre Douro e Minho* - ROTEP

O *Roteiro Turístico e Económico de Portugal*, tal como se indica no exemplar em análise, era uma publicação constituída por “273 mapas no formato 45 x 65 centímetros; a côres”. Os mapas dividiam-se em três tipos: os mapas concelhios; os mapas distritais, existindo uma caixa arquivadora por cada um dos 18 distritos do continente e outra para os “conjuntos”, que englobavam, grosso modo, as diferentes regiões ou províncias portuguesas.

O editor, João Camacho Pereira, indicava que seriam editados 3 mapas por mês, com um custo unitário de 15\$, custando as caixas 40\$. No momento desta edição, março de 1959, o mapa do Entre Douro e Minho era o segundo dos “conjuntos” e já haviam sido publicados 80 mapas dos concelhos e seis caixas-arquivo distritais.

Entre os mapas dos concelhos já editados, 18 localizavam-se no Entre Douro e Minho, o que correspondia a cerca de metade das sedes concelhias então existentes, aos quais se somavam o mapa do Distrito do Porto, o que constituía uma excelente

fonte de informação para a elaboração do mapa do conjunto.

A apresentação dos mapas era semelhante: embora de grandes dimensões, os mapas eram dobrados em oitavo (ca. 22 x 16), apresentando duas fotos na capa e contracapa, uma ou duas páginas de apresentação que, no caso dos mapas concelhios podiam ser “rectificados pelas autoridades locais”, assim como um conjunto de informações sobre os lugares turísticos a visitar (Sousa, 2012).

Para a capa deste mapa, foi escolhido um excerto de uma gravura do Santuário do Bom Jesus de Braga e na contracapa encontramos uma fotografia da autoria de Camacho, que mostra em primeiro plano um navio ancorado na margem direita do rio Douro, vendo-se em segundo plano, parte da ponte de Luiz I e o Mosteiro da Serra do Pilar (Figura 1). Esta mesma imagem seria utilizada para capa do mapa *Rotep Vinhos do Porto, Região Demarcada do Douro e Entrepósito de Gaia*, de 1960.

No interior do desdobrável foram incluídas 15 fotografias de diferentes lugares do Entre Douro e Minho: “Praia da Póvoa do Varzim; Felgueiras-Câmara Municipal; Caldas das Taipas - Piscina; Famalicão



Figura 1
Capa e contracapa do mapa Entre Douro e Minho.
Fonte: Mapa Rotep, conjunto nº 2, 1959 (coleção do autor).

- Mosteiro de Arnoso; Monção - Largo do Loreto e vegetação da Galiza; Ofir - Praia, Restaurante e Hotel; Ponte do Lima - Paisagem; Viana do Castelo - Fachada da Misericórdia; Santo Tirso - Jardim; Barcelos - Igreja das Cruzes; V. do Conde - Igreja Matriz; Amarante - Convento de S. Gonçalo; Vizela - Parque; Guimarães - Castelo; Espinho - Vista Geral". Entre estas, apenas as fotografias de Felgueiras (foto

Camacho); Famalicão (foto Ernesto Cruz) e Espinho (foto Beleza), identificam o seu autor.

O registo desta informação num mapa do Entre Douro e Minho, permite verificar que a maioria das localidades representadas nas imagens, localiza-se na parte central do território, entre os vales do Cávado e do Ave-Vizela (ver Figura 2).

Em todo o caso, os critérios que presidiram à escolha destas imagens e locais, permanecem descon-

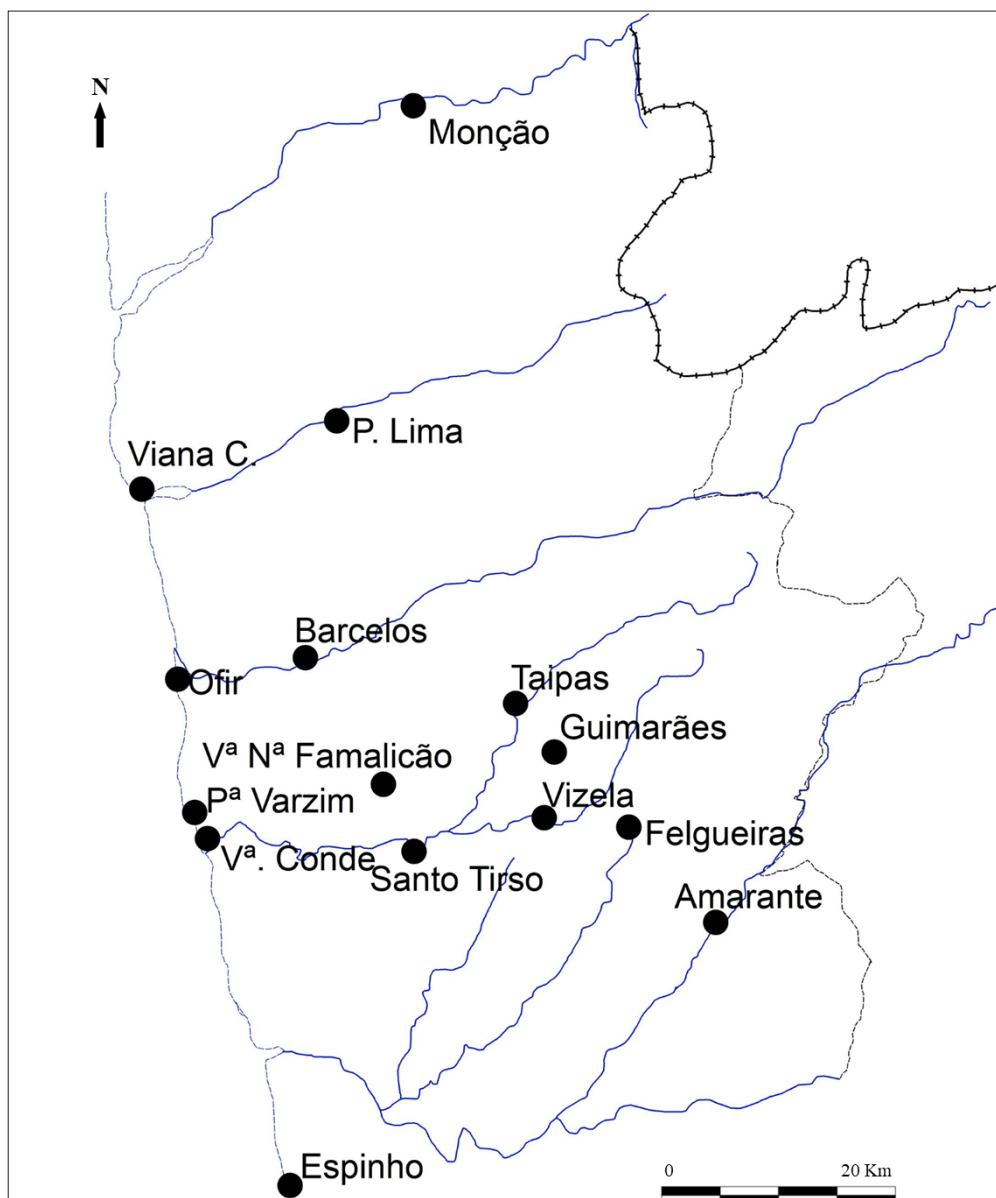


Figura 2

Localização dos lugares representados em fotografia.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto n.º 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.



Figura 3

Interior do desdobrável.

Fonte: Mapa Rotept, conjunto nº 2, 1959 (coleção do autor).

hecidos. Contudo, importa referir que João Camacho Pereira, para além de ser o organizador desta coleção, também era o editor da *Revista Latina*, onde o turismo, as viagens e as excursões eram temas habituais, geralmente ilustrados por fotografias dos diversos locais visitados e era ainda dono de uma casa de fotografia, sita no mesmo local da sede do Rotept, na rua de S. Bento, nº 39, em Lisboa, tendo publicado inúmeros postais ilustrados de várias localidades portuguesas, pelo que, a maior parte das imagens selecionadas nesta publicação, poderiam provir do acervo próprio (Figura 3).

A apresentação do *Roteiro Turístico e Económico de Portugal* ficou a cargo do geógrafo da Universidade de Coimbra Aristides de Amorim Girão, que escreveu um pequeno texto, datado de abril de 1947, incluído no *Catálogo das Exposições da Rotept*, um pequeno folheto editado aquando da apresentação da exposição cartográfica realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em outubro desse ano. Neste texto, o autor discorre sobre as vantagens da utilização destes mapas que se apoiavam numa sólida

cartografia de base, constituindo “uma resenha descritiva das guias turísticas, dicionários, e enciclopédias geográficas ou históricas...”, muito embora lamentando que, por razões técnicas de execução editorial, não fosse possível dar “os mapas na mesma escala e se [nem se] adopte sempre o mesmo estilo de representação”. Talvez por isso, o editor tenha acrescentado uma pequena nota na apresentação geral da coleção, informando o leitor que a “escala [é] rigorosa embora diversa”. O autor termina questionando: “será necessário dizer mais em abono das vantagens desta iniciativa, e em justificação dos votos que fazemos neste lugar por que a sua realização venha a ser coroada do melhor êxito?” (Girão, 1947, pp. 5-7).

A associação entre o discurso turístico e o discurso geográfico, constituía um importante trunfo editorial porque ajudava a projetar uma imagem de rigor técnico e científico destes roteiros, tanto mais tratando-se da opinião de um dos mais importantes teorizadores da divisão regional de Portugal. Contudo, não deixa de ser curioso, que o território figurado



Figura 4

[Mapa de] *Entre Douro e Minho*, Rotep, conjunto nº 2, 1959. (coleção do autor).

neste mapa não coincida com a proposta de divisão regional de Amorim Girão, privilegiando-se a tradicional “divisão natural” do “Entre Douro e Minho”, em vez das províncias do “Minho” e do “Douro Litoral”, que vigoraram até junho de 1959 (Santos, 1985).

Nas palavras do organizador da obra, garantia-se que, com a Rotep, “o turista sabe o que tem a ver no local que visita; a juventude aprende a conhecer o país pelo interesse pictórico; completam-se as enciclopédias pela ideia do conjunto; as grandes empresas marcam os itinerários dos seus viajantes; qualquer pessoa viaja em cima da secretária”.

De forma a facilitar a escolha do turista/viajante, é fornecida uma lista de locais, monumen-

tos, estâncias ou outras informações de interesse turístico visitável. Assim foram indicadas um conjunto de 19 praias; 10 termas; 2 pousadas; 12 locais ou tipos de monumentos (quando se indica o lugar, identificam-se os monumentos); 14 hotéis (ou locais com hotéis); 7 localidades com os respetivos museus; 9 lugares onde se podem praticar “desportos diversos”; 14 locais e respetivas “romarias e festas”; 17 localidades e suas “especialidades” gastronómicas e, finalmente, 11 lugares com as suas “recordações” típicas.

O mapa *Entre Douro e Minho* tem características etnográfico-turísticas estereotipadas, de forte componente pictórica e muito colorida, para ser mais atrativo e de mais fácil leitura, abrangendo um público mais vasto.

O título foi colocado no canto superior esquerdo; a orientação, dada por uma seta que aponta para Norte, está no canto superior direito; no canto inferior esquerdo encontra-se um mapa de Portugal peninsular com a localização do conjunto regional a que se reporta, com a indicação “ROTEP conjunto nº2, caixa 19”. No canto inferior esquerdo, por baixo da escala indica-se “Lito Amorim - Lisboa - 10.000 Ex. 10-1958”.

A escala gráfica é indicada por um segmento de reta de 7,5 cm de comprimento, subdividido em 10 talões de ca. de 0,7 cm, sem qualquer referência para a unidade de medida. Sobre este segmento, está indicada a escala numérica de 1:75000, que não se ajusta às medidas do segmento de reta.

Assim, decidimos calcular a escala por comparação com outro mapa de escala conhecida e apuramos o valor de ca. de 1: 200 000, o que contradiz totalmente a informação dada na escala oficial. Deste modo, se compreende a chamada de atenção de Amorim Girão, bem como a advertência do editor.

Ao contrário dos mapas ROTEPE dos concelhos este, à semelhança de outros da coleção “conjuntos”, não tem legenda. Contudo, os símbolos utilizados parecem ser de fácil leitura e interpretação, e aparenta serem comuns aos mapas dos concelhos e dos distritos (Figura 4).

O território de Entre Douro e Minho tem os seus limites Sul e Norte definidos, respetivamente, por aqueles rios; a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Este por uma cordilheira montanhosa que se estende no sentido Norte-Sul, desde a serra do Gerês à serra do Marão. Apresenta-se como um território montanhoso, estando a serras desenhadas em perspetiva e pintadas de castanho claro, sem qualquer referência concreta à sua altitude, volume ou extensão, muito embora se estabeleça um claro contraste entre o norte e o interior mais montanhosos por oposição ao sul e ao litoral mais planos (Figura 5).

Apenas foram identificadas as serras “d’Arga; Amarela; Gereze; e Marão”, assim como o “Monte do Facho” (Valença); “Monte da Franqueira” (Barcelos); “Monte Córdova” (Santo Tirso); “Monte Crasto”

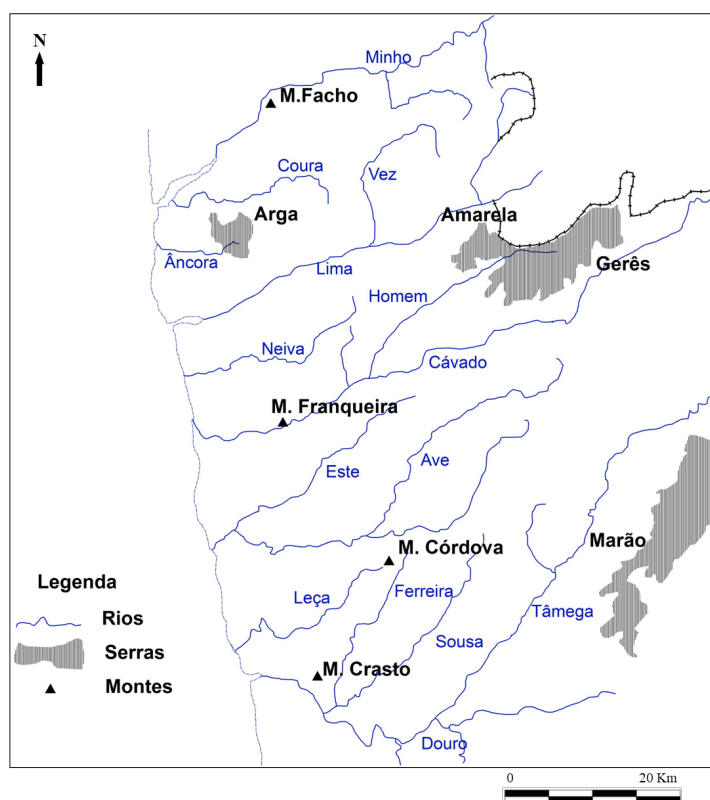


Figura 5

Rede hidrográfica e orografia.

Fonte: Mapa Rotepe, conjunto n.º 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.

(Gondomar). Todos estes “montes” possuem um símbolo que representa uma pessoa de binóculos, indicando tratar-se de um miradouro, quase sempre um local de visita obrigatória recomendado pelos guias turísticos rodoviários, para se obter uma vista panorâmica sobre a paisagem. Esta rede de miradouros que se estabelece nos montes, completa-se com outros que também se situam em locais elevados, como eram o caso da Pedra Bela (Gerês); St^a. Quitéria (Felgueiras) ou o Santuário da Piedade (Penafiel).

A rede hidrográfica, atendendo à escala do mapa, é completa, estando identificados os rios: Minho; Vez; Coura; Âncora; Lima; Homem; Neiva; Cávado; Este; Ave; Leça; Ferreira; Sousa; Tâmega e Douro. Foram, ainda, figurados os rios Trancoso, Mouro e Castro Laboreiro, muito embora não tenham sido identificados.

Articulando este território encontra-se as redes rodovias e ferroviárias. A primeira foi desenhada com linhas a branco e de espessura diferente, o que parece traduzir uma hierarquia. Alguns troços estão debruados por uma linha de cor verde que, à semelhança

dos mapas *Michelin*, parecem indicar os itinerários mais pitorescos ou de maior interesse paisagístico.

A rede de caminho-de-ferro foi representada com linhas tracejadas a preto, mais largas para as de bitola ibérica: a do Norte; a do Douro e a do Minho (até Monção), e um tracejado mais fino para as linhas de bitola métrica: Porto-Póvoa de Varzim-Famalicão; Porto-Guimarães-Fafe e Livração-Amarante-Arco de Baulhe.

Tal como se comprova pela análise da figura 6, esta rede complementar rododiferroviária, assegurava a ligação entre as principais localidades da região, sobretudo as sedes de concelho, assinaladas por um círculo preto e por um pequeno conjunto de casas brancas, aparentemente, sem qualquer relação com a estrutura urbana ou a dimensão dos aglomerados. Também não é possível evidenciar qualquer relação hierárquica entre os centros urbanos figurados.

Esta rede de estradas estrutura-se a partir de três antigos itinerários romano-medievais no sentido Norte-Sul, a saber, Porto-Caminha; Porto-Barcelos-Valença e Amarante-Braga-Monção, complementando-se

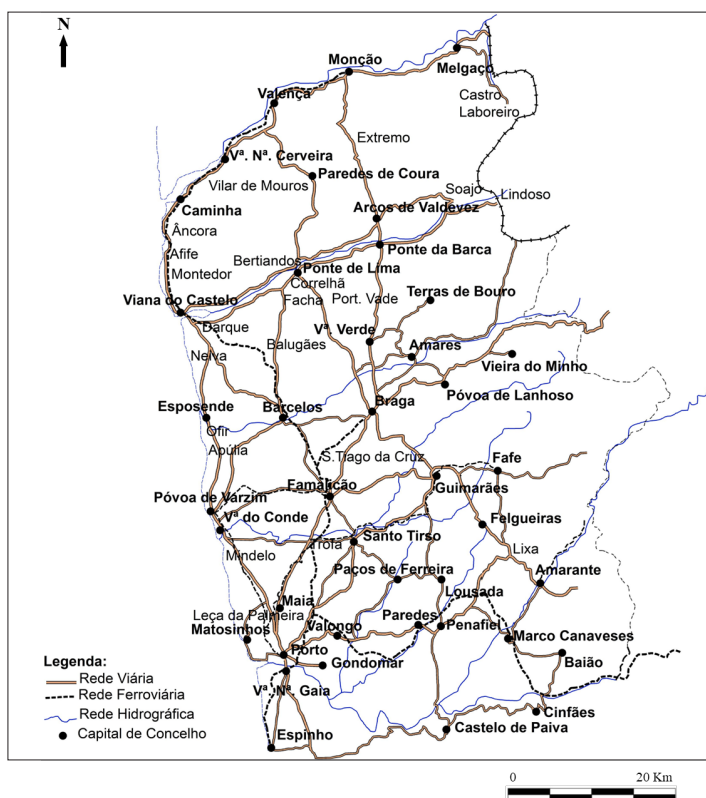


Figura 6
Rede de transportes rodoferroviárias.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto n.º 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.

com os eixos que asseguravam a ligação entre o litoral e o interior da província, ao longo dos vales dos rios principais.

Tratava-se, assim, de um roteiro automobilístico que, para além da informação turística, permitia divulgar a(s) obra(s) pública(s) do Regime: pontes, estradas, barragens, portos, etc., bem em consonância com a mensagem divulgada nas “Lições de Salazar”¹.

Sobre esta base, foi representado um conjunto de informações etnográficas, turísticas e económicas.

4. O espaço económico

As informações de carácter económico relacionam-se com as atividades económicas e/ou as principais produções das diferentes localidades. Neste sentido, e indo ao encontro da ideologia do Regime, mostra-se uma região dominada pelas atividades do setor primário, denunciando a existência de uma sociedade tradicional, profundamente rural e com uma indústria incipiente.

Assim, é perceptível que, por todo o território, em especial ao longo dos vales dos rios principais, as duas culturas predominantes são o milho e o vinho verde. Para além dos dois símbolos que representam estas produções, a espiga e o cacho de uvas, há outros como uma representação de uma vindima, os espigueiros, os canastos e medas de palha, que reforçam a imagem geral de ruralidade (Figura 8).

Assinalam-se, no entanto, algumas especificidades produtivas em Fafe (linho); Vale do Sousa: Lousada-Paços de Ferreira-Paredes (gado e laticínios); Valongo (ardósias); Felgueiras (pão-de-ló de Margaride e bordados); Vila do Conde (bilros); Póvoa do Lanhoso e Gondomar (filigranas); Vila Nova de Gaia (caves de vinho do Porto); Fiães (presunto); Mosteiro de Singeverga (licor); Póvoa de Varzim (nabos); Paredes de Coura (papas de milho) e Barcelos (louças e foles).

As únicas unidades fabris, identificadas com um símbolo correspondente, localizam-se no vale médio do rio Ave, entre Santo Tirso e Vizela e que se relacionam com a barragem do Ermal e a central hidroelétrica da Senhora do Porto, para a produção

de eletricidade. Esta, também era produzida nas barragens da Caniçada e de Salamonde no rio Cávado, bem como no Lindoso, no rio Lima.

De forma resumida, o mapa da figura 7 permite constatar uma oposição entre o Alto Minho profundamente rural e o Baixo Minho proto industrial.

No litoral, predominavam as atividades ligadas ao mar. Destaca-se a importância do porto comercial e de passageiros de Leixões, sublinhado pelos diferentes tipos de barcos que ali se encontram, enquanto a atividade piscatória se concentra na Póvoa de Varzim e há uma referência para a apanha de sargaço, identificada pela figura de um sargaceiro de Neiva. Curiosamente, não há qualquer referência às indústrias conserveiras.

Com uma importância económica crescente, cada vez mais para o turismo, destaca-se o “aeroporto de Pedras Rubras”, inaugurado em 1945 e cuja operacionalização era assegurada pelos Transportes Aéreos Portugueses, criados em 1943, e representados por um avião.

5. Etnografia e Turismo

A leitura etnográfica do território de Entre Douro e Minho, além de recuperar as atividades económicas que se ligam ao mundo rural, também, promove alguns dos traços de cultura popular: trajes, festas e romarias e a religiosidade.

O destaque vai para a maior figura do mapa, representando uma “lavradeira” de Viana do Castelo vestida com o seu traje típico, vinculando-a ao território alto minhoto. Destaque, igualmente para as romarias, em especial a da S^a da Agonia em Viana do Castelo e a das Cruzes, em Barcelos, assim, como as festas, assinaladas por uma figura que representa um tocador de bombo, em Caminha, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Foz do Douro, Sr. da Pedra (Miramar); S. Bento das Peras (Rio Tinto) e S. Gonçalo (Amarante). No caso de Monção, foi desenhada a “Coca”.

Do ponto de vista turístico, figuram-se os locais visitáveis, por vezes com uma panorâmica do lugar, como no caso do Porto, Braga, Viana do Castelo, Caminha, Valença, Lapela, Ponte de Lima e Ponte da Barca. Nas restantes localidades, mostram-se os monumentos ou obras arquitetónicas dignas de serem visitadas, podendo-se estabelecer uma tipologia muito própria, tal como se pode constatar pela análise

¹ Conjunto de sete cartazes criados pelo S.P.N., intitulados “A Lição de Salazar”, editados em 1938 e distribuídos pelas escolas primárias do país para comemorar os 10 anos de governo de António Oliveira Salazar. Estes cartazes destinavam-se a glorificar a obra feita pelo Estado Novo, sobretudo no campo económico-financeiro e nas obras públicas (Remédios, 2012).

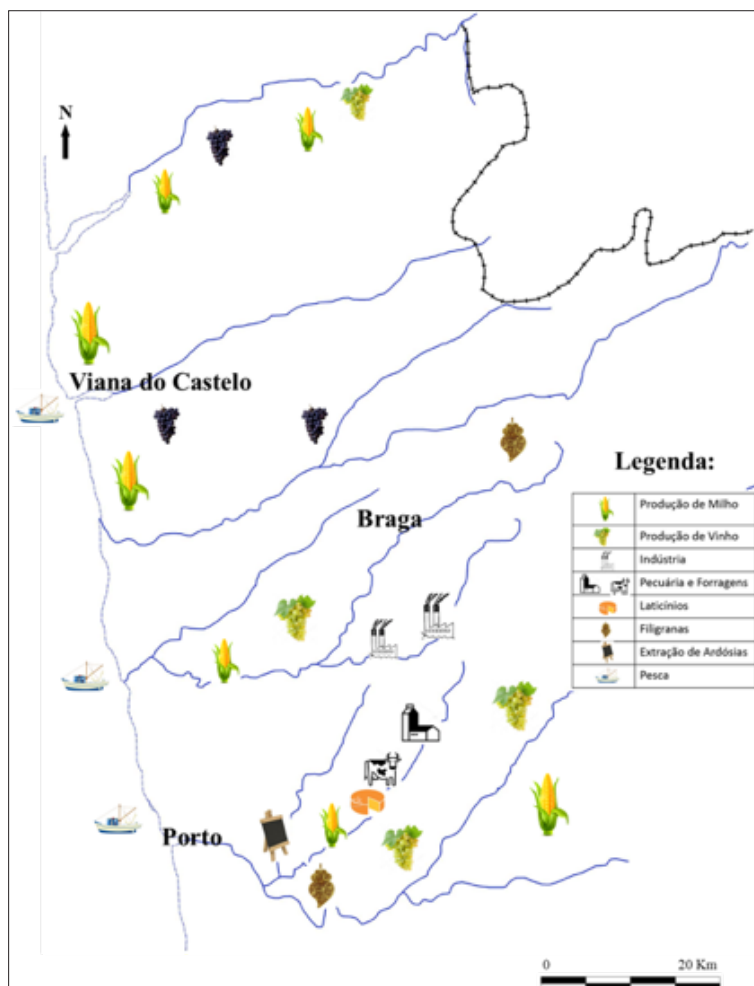


Figura 7

Localização das principais atividades económicas.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto nº 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.

do mapa *Principais monumentos e edifícios históricos e religiosos* (Figura 9).

Assim, foram indicadas ruínas pré-históricas, como a Anta da Barrosa (Âncora), as citânias de Briteiros e Sabroso (Guimarães) e o conjunto de marcos miliários romanos da Portela do Homem (Terras de Bouro).

As igrejas românicas, correspondem a outra tipologia de monumentos e mereceram uma figuração destacada, tanto mais porque não foram especificadas nas informações gerais. Foram desenhadas as igrejas de Leça do Balio, Ferreira, Paço de Sousa (aqui indicando-se um memorial medieval), Pombeiro, Azurara, Rates, Stª Abdão, Correlhã, Matriz de Ponte de Lima, Bravães, (Sé?! de Caminha e Nª. Sª. da Orada. O seu número fica muito aquém das existentes

e o critério de seleção é-nos desconhecido, muito embora se possa afirmar que todas já tinham sido intervencionadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Para além destas igrejas, foram representados outros edifícios ou conjuntos religiosos, como os conventos ou mosteiros da Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia); S. Bento (Santo Tirso); S. Gonçalo (Amarante); Santa Clara (Vila do Conde) e Bouro (Amares) ou os santuários do Bom Jesus e Sameiro (Braga); Nossa Senhora do Alívio (Vila Verde); Stº. Ouvidio (Fafe); Stª Luzia (Viana do Castelo) e Nª. Sª. da Peneda (Arcos de Valdevez). Para completar o espaço religioso, ainda foram marcados alguns cruzeiros e alminhas dignas de nota, em Valongo; Santo Tirso; Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca.



Figura 8

Símbolos das atividades económicas.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto n.º 2, 1959. (coleção do autor).

Da arquitetura militar, assinalam-se os castelos medievais de Castro Laboreiro; Melgaço; Lapela; Lindoso; Póvoa do Lanhoso e Guimarães, que merece o maior destaque, não fosse ser considerado como um dos símbolos da nacionalidade. As fortificações modernas não foram esquecidas. Deste modo, para além do conjunto fortificado da Praça de Valença, foram identificados os fortes litorais de Vila do Conde, Esposende, Viana do Castelo, Gelfa, Vila Praia de Âncora e, em maior destaque, o forte da Ínsua, na foz do rio Minho.

Vários exemplares de arquitetura militar foram esquecidos - como Monção, Vila Nova de Cerveira, ou os fortes do litoral do Porto - mas, talvez, esta preferência pelos fortes do litoral possa ser relacionada com o facto de uma grande parte dos turistas procurarem as praias da região. Assim, também se pode explicar a localização dos faróis da Boa Nova, em Leça da Palmeira, e de Montedor, no litoral de Viana do Castelo, como mais uma atração turística visitável.

Da arquitetura civil, destacam-se alguns edifícios como o Palácio da Brejoira (Monção); os Paços de Giela; da Glória; de Calheiros; de Bertandos; de

Vitorino; da Facha e Vedro (de Magalhães), todos na Ribeira Lima e ainda o Paço dos Duques de Bragança (Barcelos), a Quinta de Sá de Miranda (Amares) e a Casa de S. Miguel de Seide (Famalicão), do escritor Camilo Castelo Branco.

Também alguma estatuária, obeliscos e pelourinhos foram considerados merecedores de atenção: a memória da praia de Pampelido-Mindelo, que assinala o local de desembarque da frota liberal de D. Pedro IV durante a Guerra Civil, em 1832; a estátua do Cego de Maio, na Póvoa de Varzim, e os pelourinhos de Paredes de Coura; Arcos de Valdevez e Soajo.

Finalmente, algumas pontes foram destacadas, isoladamente ou integrando o conjunto urbano representado: ponte de Luiz I (Porto); Lagoncinha (Santo Tirso); Duarte Pacheco (Entre-os-Rios), aqui numa ação direta de propaganda de promoção das Obras Públicas do Regime, também consideradas atrações turísticas (o que também se aplica às barragens hidroelétricas); ponte Eiffel (Viana do Castelo); pontes medievais de Ponte de Lima; Ponte da Barca e Vilar de Mouros e a ponte internacional de Valença.

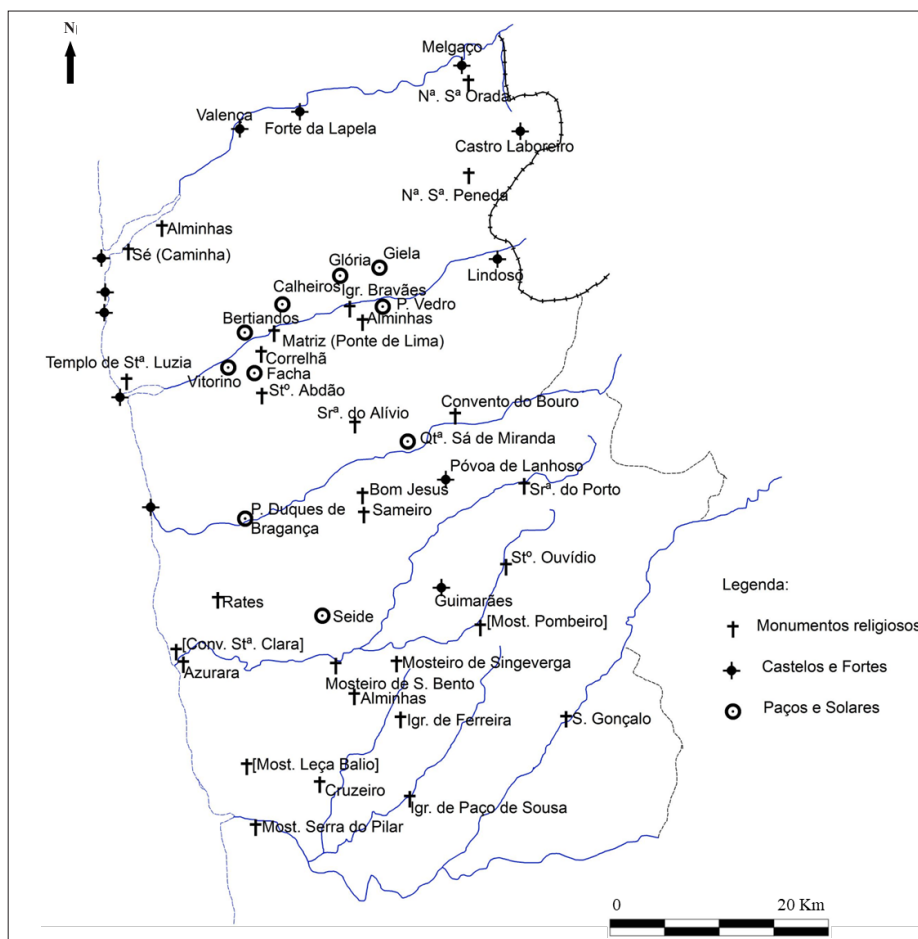


Figura 9

Principais monumentos e edifícios históricos e religiosos.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto n.º 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.

Mais uma vez, desconhecem-se os critérios que presidiram a todas estas escolhas, visto terem sido esquecidos vários exemplares igualmente notáveis. Não obstante, o património histórico figurado constituía uma prova da política estatal de defesa e valorização dos Monumentos Nacionais.

A seleção destes e dos outros elementos turísticos incluídos no mapa, poderá estar relacionada com a influência desenvolvida pelas diferentes Juntas de Turismo e Comissões Municipais de Turismo. No entanto, também poderá refletir os estereótipos definidos tanto pela ação do SNP/SNI, como pelas restantes entidades tutelares do Turismo nacional, expressos na ampla literatura turística e nos vários guias e roteiros que foram editados, sobretudo, após a realização do Congresso Nacional de Turismo, em 1936 (Cadavez, 2012).

Entre estas possíveis fontes de informação turística, deve ser considerado o roteiro elaborado por António Ferro, intitulado *Cartilha da Terra Portuguesa* e editado em 1950 (Ferro, 1950).

Do ponto de vista do turismo, considerado no sentido mais restrito e tradicional e tal como se pode observar na figura 10, destacam-se os seus dois principais tipos: o turismo balnear, com 16 praias identificadas por uma figura feminina, mais de metade das quais localizadas no litoral do Porto, compreendidas entre Leça e Espinho, tidas, desde os finais do século XIX, como as melhores para a “ida a banhos”, com destaque para as praias mais aristocráticas e burguesas da Foz e da Aguda; e o turismo termal, ainda que nesta época já em plena decadência, representado por duas senhoras com um chapéu-de-sol, indicando-se as termas de Entre-os-Rios; Caldas de Canavezes; Caldas da Saúde (Santo Tirso); termas

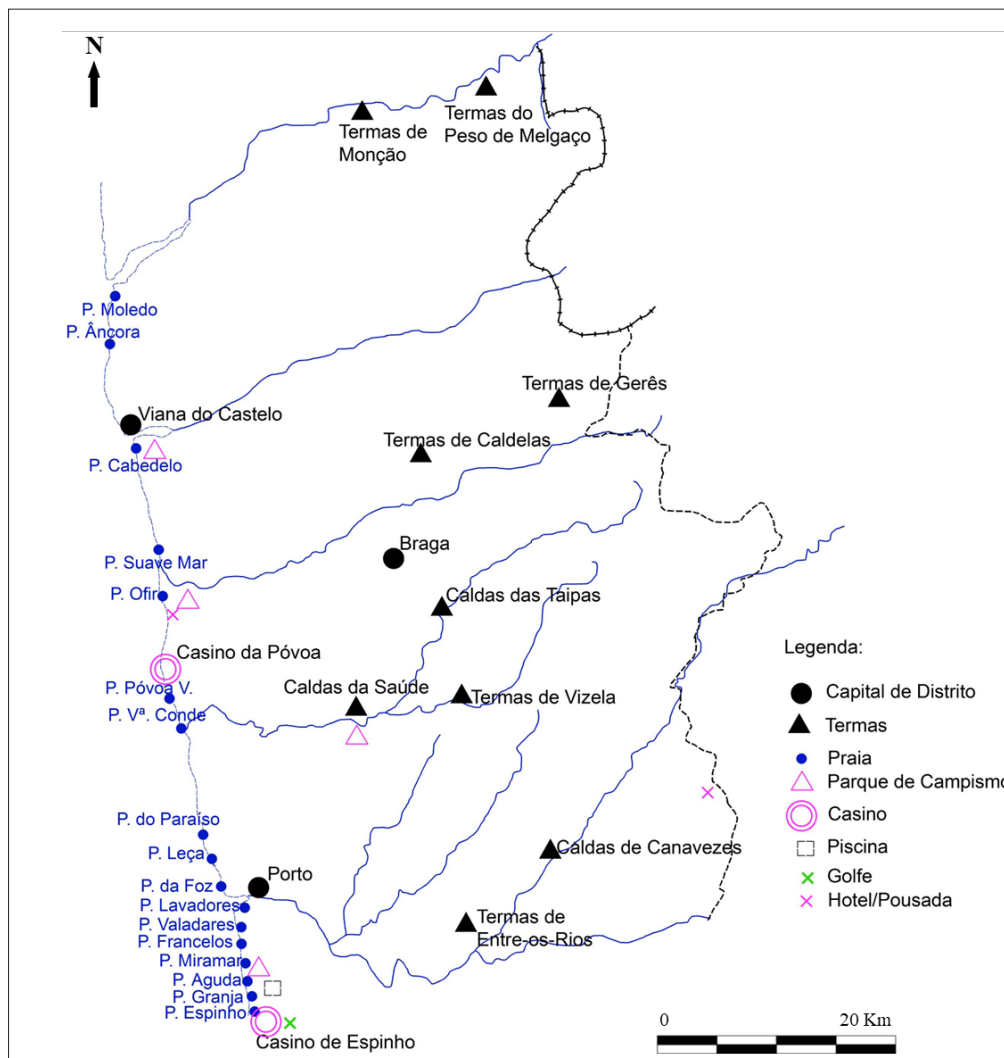


Figura 10

Estâncias balneares, termas e outras infraestruturas turísticas.

Fonte: Mapa Rotep, conjunto n.º 2, 1959. Autoria: Luís Moreira.

de Vizela; caldas da Taipas; termas de Caldela; termas do Gerês; termas de Monção e termas de Peso em Melgaço.

Contudo, já é possível identificar outras infraestruturas de apoio ou de promoção turística mais “modernas”: grande destaque para os casinos de Espinho e da Póvoa de Varzim, dado que o jogo havia já algum tempo, era associado ao turismo. A sua organização estava regulamentada, tendo a Lei de 1954 estabelecido estes dois locais permanentes de jogo e desclassificado a área de jogo temporária de Santa Luzia em Viana do Castelo (Brito, 2003, vol. II).

Identifica-se, ainda, na praia da Aguda, uma piscina e dado que o desdobrável inclui uma fotogra-

fia da piscina das Caldas da Taipas, podemos depreender que se tratava, de facto, de uma infraestrutura turística, tal como os campos de golfe que, por estes anos e nesta região, davam os primeiros passos como promotores de um tipo de turismo desportivo, com expressão crescente, tanto interna como externamente.

Para o alojamento dos turistas e dos viajantes, o mapa não aponta muitas alternativas, o que refletia bem a realidade portuguesa. Para além das referências dadas na parte interior, apenas se identifica o hotel de Ofir e a existência de um símbolo com a forma de uma tenda, faz supor a existência de parques de campismo nas praias do Cabedelo (Viana do Castelo); de Ofir e de Miramar e em Santo Tirso.

Era escassa a oferta, e por isso mesmo se destaca outra obra do Regime que pretendia responder à procura de alojamento turístico: a Pousada de S. Gonçalo, na serra do Marão, inaugurada em 1942, enquadrada no projeto de construção das Pousadas de Portugal, no âmbito das comemorações dos Centenários, especialmente pensadas para quem viajava pelas estradas portuguesas.

Dado que a rede nacional inicial se revelou manifestamente insuficiente, a partir da década de 1950, o Estado, sob proposta do SNI, decidiu ampliá-la, bem como reformular e regulamentar, todo o setor hoteleiro português, incluindo os parques de campismo (Brito, 2003, vol. II).

6. Conclusão

Com o advento do Estado Novo, o turismo e a “cultura popular” foram tutelados quase indiscriminadamente pelo SNI. No modelo de atuação definido pelo seu primeiro diretor, António Ferro, a etnografia, o folclore, enfim, a “cultura popular”, fazia parte do espetáculo turístico, pelo que, também o modo de vida das populações rurais (quantas vezes miserável) e os seus arcaísmos económicos, eram considerados atrações turísticas (Brito, 2003, vol. II, p. 1034). Não se tratava, propriamente, de uma inovação ou invenção, até porque, desde o início do século XX, a SPP também promovia as mesmas imagens estereotipadas, das populações e das paisagens do país.

Dois traços fundamentais da sociedade eram relevantes: a ruralidade e a religiosidade, expressões dos modos de vida das populações e das paisagens. O autor do texto de apresentação do mapa Rotep do Concelho de Paços de Ferreira, sintetiza-os deste modo: “É assim Paços de Ferreira. E o seu povo, esse povo simples e bom que aprendeu a rezar à sombra velhinha do seu Mosteiro, lá vai passando a vida, vida dura, mas vida alegre, de quem trabalha a cantar e a rezar” (Martins, 1957).

Para o diretor do SNI, o Turismo deveria ter um papel muito mais valorizado do ponto de vista da construção ideológica do indivíduo e da sociedade, de acordo com os parâmetros definidos pelo Regime através da “política do espírito”, do que ser reduzido a um mero interesse económico (Nunes, 2009; Sarmiento, 2008).

Tudo isto mudará a partir do início da década de 1950, altura em que se previa um aumento dos

fluxos turísticos, particularmente os externos, recuperando o interregno imposto pela II Guerra Mundial. Esta década marcou, em Portugal, uma mudança no paradigma da política turística, que se liga, inevitavelmente, à substituição de António Ferro enquanto dirigente máximo do órgão que tutelava o turismo nacional.

A partir de então, a atividade turística passou a ser encarada, primordialmente, como uma atividade económica, capaz de atrair investimento e de promover o desenvolvimento. Neste sentido, tomaram-se várias medidas para dar resposta a uma procura cada vez maior e que, a partir da década seguinte, será verdadeiramente explosiva.

Em suma, quando foi editado em 1959, o mapa do Entre Douro e Minho, integrado no *Roteiro Turístico e Económico de Portugal*, era já, de alguma forma, anacrónico, porquanto fixava uma ideia do território turístico do Noroeste português, projetada pela Propaganda oficial, nomeadamente pelo ação do SNI, responsável pela criação de mitos, de símbolos nacionais, de paisagens de galos de Barcelos e de aldeias tradicionais, mas o maior mito talvez tenha sido a construção de uma imagem bucólica, conservadora e fotográfica de um rural que, nalguns casos, parece continuar a fazer parte do imaginário português. (Sampaio, 2012, p. 120)

Formando uma longa série editorial que perdurou cerca de 30 anos, e que constituiu um amplo sucesso, os mapas Rotep terão contribuído para a imaginação turístico-geográfica de várias gerações de portugueses.

Numa análise comparativa, diríamos que esta imagem não só encontra eco no imaginário coletivo português, como, em boa parte, continua vivo no discurso oficial das entidades que, presentemente, tutelam o Turismo regional:

Esta Região [do Minho] tem em si todo o sabor do norte português. A sua comida convida a repastos demorados e conversa animada, não fossem os minhotos hospitaleiros por natureza. Não é, pois, de estranhar que o Minho esteja sempre em festa. Não há época do ano que as suas igrejas e capelas não estejam iluminadas e não haja uma romaria ou festa popular. Vale bem a pena ir ao Minho ver as ruas das aldeias, vilas e cidades ricamente engalanadas e cobertas com tapetes de pétalas de mil tons e formas. Ver as minhotas mostrar ao mundo os seus ricos trajes domingueiros, os lenços dos namorados, os cordões de contas de ouro e os brincos de filigrana artesanal. As quintas, os sola-

res brasonados, as propriedades extensas de vinha do enforcado são tesouros importantes do património natural e edificado do Minho.

(Citação retirada da brochura *Portugal, Porto e Norte. Um destino para descobrir*, distribuída pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R, 2015?).

Qualquer semelhança com a realidade, é pura coincidência...

Bibliografia

- Almeida, M. M., & Borges, J. P. A. (2014). Guias e monografias turísticas entre os anos de 1930 e 1950. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(2), 126-155.
- Aurindo, M. J. (2006). *Portugal em Cartaz: representações do destino turístico (1911-1986)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Branco, D. (2010). Os guias de viagem como fonte de investigação geográfica: a figuração do Alto Douro vinhateiro. In *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Colóquio Ibérico de Geografia, Porto, 6 a 9 de outubro. Acedido a 13/09/2017 em: <http://web.lettras.up.pt/xiicig/comunicacoes/161.pdf>
- Brandão, J. (2013). *Este é o Reino de Portugal*. S. Pedro do Estoril: Edições Saída de Emergência.
- Brito, S. P. (2003). *Notas sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*. 2Vols., Lisboa: Medialivros.
- Cadavez, C. (2012). *A Bem da Nação. As Representações Turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: FLUL.
- Cadavez, C. (2015). Imaginários turísticos no Estado Novo português. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1067-1077.
- Castro, M. J. (2014). Traços de viagem: A institucionalização do turismo na primeira metade do século XX. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(2), 41-55.
- Cerdeira, P. (2014). A Sociedade Propaganda de Portugal e o Estado: Competências públicas e privadas na construção do turismo português (1906-1911). *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(2), 108-125.
- Chaves, C. B. (1987). *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia* (2ª ed.). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do Turismo em Portugal: Os Primórdios. *Fluxos & Riscos*, 1, 127-149.
- Dumouriez, C. (2007). *O Reino de Portugal em 1766*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ferro, A. (1950). *Cartilha da Terra Portuguesa*. Lisboa: SNI.
- Girão, A. (1947). *Apresentação*. In *Catálogo das Exposições da Rotept*. Porto: Rotept.
- Marques, J. (1997). Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI. *Revista da Faculdade de Letras: História*, 14, 91-122.
- Martins, C. (1957). *Vila de Paços de Ferreira*. In [Mapa turístico do concelho de] Paços de Ferreira / edição Ro[teiro] T[urístico] E[conómico] P[ortugal]; organização de Camacho Pereira. - Escala 1:50000. - Lisboa : Rotept, 1957. - 1 mapa : color. ; 40,50x61,50 cm, em folha de 44,50x67,50 cm. - (Rotept ; 180).
- Martins, L. (2004). *Espaços de Lazer e de Turismo no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Martins, L. S. (2011). *Os guias de viagem, a cartografia e os fundamentos do turismo*. IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto.
- Martins, L. P., & Fernandes, M. G. (2013). *Cartografia, Progresso e Turismo: Apontamentos sobre o "Mappa Excursionista De Portugal" de 1907*. V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Petrópolis.
- Martins, L. P. S., Marques, H., & Fernandes, M. G. (2015). O Contributo da Cartografia Temática para a Difusão do Turismo em Portugal: Exemplos e Apontamentos de Leitura. In M. G. Fernandes (Coord.), *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica* (pp. 267-274). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mangorrinha, J. (2012). [Ficha Histórica de] Revista de Turismo: publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura. *Hemeroteca Digital de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistadeTurismo.pdf>
- Matos, A. C., & Santos, M. L. (2004). Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX). *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales*, VIII, 167.
- Nunes, C. M. (2009). *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear* (Dissertação de Mestrado em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Pires, E. C. (2002). *O Baile do Turismo. Narrativas Turísticas e Discursos de Propaganda durante a «Política do espírito» (1933-1949)* (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Pereira, C. (1959). [Mapa turístico do] Entre Douro e Minho / edição Ro[teiro] T[urístico] E[conómico] P[ortugal]; organização de Camacho Pereira. Escala [ca.1:200000]. - Lisboa : Rotept, 1959. - 1 mapa : color. ; 40,50x61,50 cm, em folha de 44,50x67,50 cm. - (Conjuntos ; 2).
- Remédios, M. (2012). *A Lição de Salazar e a Iconografia do Estado Novo. Contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939)* (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

- Sampaio, J. (2012). Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo. In J. A. R. Fernandes (Coord.), *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia* (pp. 101-122). Porto: FLUP.
- Santos, J. A. (1985). *Regionalização - Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sarmento, C. (2008). A construção do texto etnográfico: fontes documentais sobre a cultura portuguesa. *Revista Territórios e Fronteiras*, 1(2), 69-82.
- Sousa, L. (2012). Mapa turístico do concelho de Lousada de 1954. *Revista Municipal. Suplemento de Arqueologia*, 13(102), 1-4.
- Turismo do Porto e Norte de Portugal (s/d). Minho. In *Porto e Norte Portugal. Um Destino para Descobrir*. Viana do Castelo: Turismo do Porto e Norte de Portugal.